1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os actos e contratos simuladamente celebrados com o fim de lesar os sinistrados por quaisquer responsáveis por pensões e indemnizações devidas em virtude de desastres no trabalho são anuláveis nos termos da lei geral, a requerimento dos agentes do Ministério Público junto dos tribunais ordinários.

§ único. Os presidentes dos tribunais de desastres no trabalho, sempre que tenham conhecimento da celebração de actos e contratos simulados com o fim de prejudicar os sinistrados no trabalho, assim o comunicarão ao Procurador da República do respectivo distrito judicial, para que seja proposta a acção de anulação no tribunal competente.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 22 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Rectificação

No *Diário do Governo* n.º 154, de 5 de Julho de 1930, e no final do artigo 162.º do decreto n.º 18:563, acrescentar: «e formações dos quartéis gerais».

Lisboa, 30 de Janeiro de 1931.—O Chefe do Gabinete, *José Jorge Ferreira da Silva*, coronel.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

Direcção da Marinha Mercante

Decreto n.º 19:306

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os navios de comércio, nacionais e estrangeiros, ficam, de um modo geral, sujeitos ao pagamento, nos portos do continente e ilhas adjacentes, das mesmas imposições marítimas e portuárias.

Art. 2.º Os navios da marinha mercante nacional gozam de todos os privilégios ou benefícios já concedidos, ou que venham a ser concedidos, directa ou indirecta-

mente, a qualquer navio do mesmo género de marinha mercante estrangeira.

Art. 3.º Até o dia 30 de Junho de 1931 o Governo publicará os regulamentos indispensáveis à conveniente execução do disposto no presente diploma.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes

2.ª Secção

Decreto n.º 19:307

Atendendo à conveniência de valorizar devidamente os cursos de engenheiros geógrafos das Faculdades de Ciências;

Tendo em vista o parecer das Faculdades de Ciências;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições;

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Para o provimento dos lugares de astrónomos existentes ou a criar nos observatórios astronómicos, bem como dos lugares de observadores chefes de serviço e ajudantes de observadores nos observatórios meteorológicos dependentes do Ministério da Instrução Pública e no Instituto Geofísico de Coimbra, será condição de preferência o título académico de engenheiro geógrafo conferido pelas Universidades do País.

Art. 2.º Os engenheiros geógrafos serão admitidos, sem dependência de outras habilitações, aos concursos para os cargos de professores de geodesia e topografia dos Institutos Industriais.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 28 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.